



1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: É com grande satisfação que apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia do Metrô da Bahia, acompanhado das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes. **1.2. Apresentação:** A Companhia, uma empresa do Grupo Motiva, é uma das maiores companhias de concessões em infraestrutura da América Latina. Desde 2013, a Companhia é responsável pela construção, manutenção e operação do Sistema Metropolitano de Salvador e Lauro de Freitas (SMIS), por um período de 30 anos, através de uma Parceria Público-Privada (PPP), com investimentos no ordem de R\$ 6 bilhões. Além disso, foi o sistema metrô que mais cresceu na América Latina nos últimos anos, gerando cerca de oito mil empregos no auge das obras. Atualmente, a Companhia opera duas linhas metrôviárias, com 41 km de extensão, 22 estações, 9 terminais de integração com ônibus, frota de 40 trens, emprega cerca de 1.300 colaboradores e possui mais de 2 mil câmeras de monitoramento integradas ao Centro de Controle Operacional da Concessionária. O Metrô da Bahia possui a maior frota de metrô do mundo em operação, com mais de 4,4 mil unidades em operação com redução de gargalos na cidade e região metropolitana. Trouxe melhoria da qualidade ambiental, com redução do número de veículos nas ruas, melhoria da qualidade de vida dos soterrâneos, com um sistema de transporte público moderno, rápido, seguro e sustentável.

1.3. Destaques de 2025: A Companhia transportou cerca de 1,18 milhões de clientes em 2025, o que representa um crescimento de 11,2% em relação ao mesmo período de 2024. A Companhia realizou mais de 10 mil viagens. No total, o Metrô transportou mais de 4,4 milhões de quilômetros. Desde 2014, iniciou a operação, a Companhia já transportou mais de 800 milhões de pessoas. Com a missão de melhorar a vida das pessoas através da mobilidade, o Metrô Bahia desenvolveu, em 2025, 33 ações nas estações, transformando esses espaços em ambientes de promoção da cultura, do acesso a direitos, da diversidade e da igualdade. As iniciativas alcançaram mais de 75 mil clientes, em diferentes pontos do sistema, ampliando o modo, apresentações culturais, oficinas e exposições. Em 2025 tivemos o lançamento das ações de serviços, como o Procon em Movimento, que levou atendimento do Procon às estações, além de mídias da Defensoria Pública, apresentações culturais e iniciativas de enfrentamento à violência contra a mulher. Também ganharam destaque ações de empoderamento e valorização da identidade, como a programação do Novembro Negro, com desfile de moda, apresentações culturais, oficinas e exposições. Em 2025 tivemos o lançamento do Arbitragem Risco Compartilhado de Demanda. **2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1. Mercado:** O Sistema Metrôviário de Salvador e Lauro Freitas (SMIS) está inserido em um mercado de grandes polos geradores de tráfego nos municípios de Salvador e Lauro de Freitas, tendo como eixos os setores de comércio, serviços, educação e saúde. A implantação do metrô possibilita mais benefícios sociais e qualidade de vida, expressa pela redução do tempo de viagem para a população e pela redução da emissão de poluentes, que modernizam e solucionam parte dos problemas relacionados à mobilidade urbana da região, bem como reestruturou o sistema viário, integrando com outros modos e proporcionando um sistema de transporte coletivo eficiente. **2.2 Desempenho da Companhia:** Quadro resumo do desempenho econômico-financeiro:

	2025	2024	Varição %
Receita Operacional	1.097.536	1.059.396	3,60%
Custos e despesas totais	(571.826)	(532.570)	7,20%
Resultado financeiro	(419.472)	(362.227)	15,80%
Resultado líquido	92.333	115.551	-20,16%
Divida Bruta	3.748.933	3.100.077	21,25%

2.2.1. Realização Operacional: As receitas metrôviárias e as receitas de manutenção de demanda em 2025, totalizaram R\$ 609.780 (7,55% maior que 2024) e representou 83,00% do total da receita (excluindo receita de construção e receita de renovação dos ativos). Esse crescimento é motivado pelo aumento da tarifa média bruta (de R\$ 4,04 para R\$ 4,23) e pelo aumento das receitas acessórias. Já a receita de manutenção de demanda cresceu em 2025 se comparado com 2024 de R\$ 25,31 para R\$ 25,31, com destaque para os tributos para redução da área de tecnologia com revitalizações e aplicações, além da conclusão da expansão comercial e a obra da Adutora Mirá Andreazza. **2.2.2 Custos e despesas totais:** Os custos e despesas totais da Companhia registraram um acréscimo de 7,37% em relação ao ano de 2024. Impulsionado majoritariamente (4,94%) pelo aumento na depreciação e custo de construção, reflexo de início de obras de revitalizações e áreas de tecnologia e expansão comercial e a obra da Adutora Mirá Andreazza. No comparativo dos Custos Caixa, o acréscimo foi de 2,43%, situando-se abaixo da inflação do período. Este desempenho refletiu o esforço da Companhia no âmbito da eficiência operacional. **2.2.3 Resultado líquido:** O resultado líquido da Companhia no ano de 2025 foi de R\$ 92.333, 20,16% a menos do que em 2024. Os principais fatores foram decréscimos do aumento do saldo financeiro líquido da dívida, TILP, que somado ao aumento dos custos e despesas totais tributários para redução do resultado líquido da Companhia. **2.2.4 Dívida:** Em 2025, a Dívida se manteve em linha com uma pequena oscilação para cima, devido ao aumento do indicador TILP. **2.3 Perspectivas:** Em 2026, a Companhia prevê: (i) a continuidade do processo de seccionamento das linhas de ônibus urbana e metropolitana; (ii) a continuidade pela busca na eficiência operacional que visa garantir a manutenção de serviço de transporte rápido, seguro e de qualidade; (iii) a continuidade da Região Metropolitana de Salvador; (iii) definição da metodologia para o recebimento da arbitragem junto ao Poder Concedente e (iv) inauguração de nova Rodoviária integrada a estação e terminal Agnus Claras. **3. Estratégia e Gestão: 3.1 Governança Corporativa:** A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, tendo a Motiva Infraestrutura de Mobilidade SA como sua única Controladora. O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo atualmente:

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Ativo Circulante		731.712	685.648
Caixa e equivalentes de caixa	6	28.876	32.964
Aplicações financeiras	6	36.889	2.112
Contas a receber das operações	7.1	67.805	76.568
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	425.865	431.481
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.670	1.660
Adiantamentos a fornecedores	18	18.043	18.660
Tributos a recuperar		22.456	18.222
Despesas (materiais sobressalentes)		114.920	130.777
Despesas antecipadas e outros créditos		14.188	13.077
Ativo não circulante		4.750.449	4.768.473
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	2.204.885	2.177.130
Contas a receber das operações	7.1	169	77
Tributos a recuperar		449	419
Estoque (materiais sobressalentes)		22.447	22.789
Despesas antecipadas e outros créditos		567	547
Intangível	10	35.939	39.237
Intangível	11	2.429.263	2.457.574
Infraestrutura em construção		56.621	71.508
Direito de uso em arrendamento		83	517
Total do ativo		5.482.161	5.454.121

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido Circulante		237.939	294.473
Financiamentos	12	110.451	95.580
Fornecedores	13	22.286	30.969
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	7.234	8.487
Impostos e contribuições a recolher		2.829	2.807
ISS parcelado		5.247	5.930
Obrigações sociais e trabalhistas	14	26.922	25.344
Dividendos e juros sobre capital próprio	9	62.329	117.924
Passivo de arrendamento		85	61
Obrigações com o Poder Concedente		242	312
Outras obrigações		5.247	7.680
Ativo não circulante		3.711.205	3.700.065
Financiamentos	12	3.596.488	3.600.497
Fornecedores	13	235	7
ISS parcelado		5.247	415
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	15.228	13.008
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	95.918	82.013
Obrigações sociais e trabalhistas	14	-	198
Outras obrigações		3.336	3.877
Patrimônio líquido		1.533.017	1.460.583
Capital social		1.376.058	1.331.478
Reservas de capital		156.593	128.527
Reservas de lucros		156.593	128.527
Total do passivo e patrimônio líquido		5.482.161	5.454.121

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro de 2024			
Liquido do exercício		92.333	115.551
Integração de capital em 19 de janeiro de 2024	16.1	-	6.548
Aumento de capital em 28 de fevereiro de 2024	16.1	52.568	(52.568)
Realização de capital social em 17 de março de 2024	16.1	90.900	24.509
Realização de capital social em 17 de março de 2024	16.1	(100.000)	-
Realização de capital social em 18 de novembro de 2024	16.1	16.1	17.743
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	16.6	-	399
Destinações:			
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (liquido)	16.5	-	(22.667)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2024 (IRRF)	16.5	-	(4.000)
Reserva legal	16.2	-	5.783
Dividendo mínimo obrigatório	16.3	-	(4.801)
Reserva de retencão de Lucros	16.4	-	(78.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.341.785	(10.315)
Liquido do exercício		92.333	115.551
Integração de capital em 13 de janeiro de 2025	16.1	-	10.315
Aumento de capital em 2 de abril de 2025	16.1	54.824	(54.824)
Integração de capital em 25 de julho de 2025	16.1	-	30.966
Redução de capital social em 14 de outubro de 2025	16.1	(17.000)	-
Realização de capital em 10 de dezembro de 2025	16.1	-	20.307
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	16.6	-	(226)
Destinações:			
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2025 (liquido)	16.5	-	(54.622)
Juros sobre capital próprio em 19 de dezembro de 2025 (IRRF)	16.5	-	(9.639)
Reserva legal	16.2	-	4.617
Reserva de lucros	16.3	-	(23.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.378.609	(3.551)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação

chaves são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.11. Benefícios a empregados. Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundada e previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas contábeis no período em que os benefícios são recebidos. **3.12. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente e o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de reconhecimento das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posturas fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatos, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão apresentada às alterações impactadas a partir da mudança de taxa de imposto de renda no ano em que foram realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base no método legal de compensar passivos e ativos fiscais corretos, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias são reconhecidos quando é provável que lucros futuros serão utilizados para a compensação de tais diferenças temporárias. O estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contempla premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outros. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou o patrimônio líquido. **3.13. Contrato de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (serviços de construção) (ICPC 01- R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica CPC 01 (R1) - Contrato de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário não tem o direito de serviço, construção ou melhoria da infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível a medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura durante o prazo de concessão. O custo da infraestrutura é mensurado pelo lucro e aos custos dos empréstimos atribuídos a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, liquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispendios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão metroriária, tendo sido adotada a curva estimada de passagens de acordo com base para a amortização. **Adoção de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, em 31 de dezembro de 2025, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras finais em 31 de dezembro de 2025. • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; e • CPC 10 - Créditos de Carbono (t02u2n), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). **3.15. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e 2026, com base em decisões da Comissão de Normas Contábeis. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na Demonstração do Resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-introduzido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPDs) são a única nota em uma demonstração financeira. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa a apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da Demonstração do Resultado do período, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPDs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre suas informações nas demonstrações financeiras, incluindo as informações atualmente rotuladas como "outras". **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 40 e CPC 48); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 40 e CPC 48). **3.16. Reforma Tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI Substancial). Em 16 de dezembro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLF 8/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorreu entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão de operação de infraestrutura de transporte ferroviário econômico não é afetado pela Reforma Tributária. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • **Caixas e bancos:** Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada a natureza imediata. • **Aplicações financeiras:** O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • **Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxa de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e líquido. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. a) **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes com o objetivo de limitar o risco de crédito e o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. Detalhamos a esse respeito sendo referidos nas notas explicativas n.º 6, 9, 12 e 19. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativo aos financiamentos e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas a variação do CDI. Detalhamos a esse respeito sendo referidos nas notas explicativas n.º 6, 9, 12 e 19. As tarifas da concessão são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco de taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e líquido:** Decorre da escolha entre capital próprio (ações de capital de terceiros) e capital de terceiros que a Companhia opta para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas no respectiva nota explicativa. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período referente ao balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais.

	2025	2024
Financiamentos e outras obrigações	431.100	437.087
Fornecedores e outras obrigações	27.343	3.571
Dividendos e juros sobre capital próprio	62.329	-
(a) Valores brutos dos custos de transação	-	-
Total	520.772	443.658

	2025	2024
Caixa e bancos	4.625	3.723
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	24.241	29.241
Total	28.876	32.964

	2025	2024
Aplicações financeiras	36.889	2.112
Aplicações financeiras (a)	36.889	2.112

	2025	2024
Contas a receber das operações (a)	494.670	508.049
Contas a receber das operações (b)	69.641	77.683
Provisão para perda esperada (b)	(1.836)	(1.115)
Contas a receber do Poder Concedente (c)	426.865	431.481
Total	2.705.054	2.177.207

	2025	2024
Contas a receber das operações (a)	169	169
Contas a receber do Poder Concedente (c)	2.204.885	2.177.130
Total	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
(a) Créditos a receber decorrentes de serviços prestados aos usuários, créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; (b) Provisão para perda esperada - contas a receber das operações, reflete a perda esperada da Companhia; e (c) Créditos a receber do Poder Concedente referentes a contraprestações pecuniárias fixas e variáveis e mitigação de demanda para os negócios afetados da Companhia, cuja movimentação está demonstrada a seguir.	-	-

	2025	2024
2024	2.699.724	2.696.256
2025	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

	2025	2024
2025	2.699.724	2.696.256
2024	2.699.724	2.696.256

Companhia do Metrô da Bahia

	2025	2024
Conciliação do imposto de renda e contribuição social	106.238	164.599
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(36.121)	(55.964)
Imposto de renda e contribuição social a alíquota nominal (34%)	(12.301)	(19.037)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	(11.070)	(17.937)
Remuneração adviável de dirigentes estatutários	(264)	(589)
Despesas indedutíveis	(236)	(1.737)
Juros sobre o capital próprio	21.849	9.067
Outros ajustes tributários	205	(77)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(13.905)	(48.948)
Alíquota efetiva de impostos	(13.905)	(48.948)
8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:	13.905	29.745

	2025	2024
Ativo	893.625	862.307
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	872.243	841.239
Variação cambial	(1)	-
Provisão de receita	3.648	6.252
Resultado de operações com derivativos	4.528	4.528
Provisão para participação nos resultados (PLR)	5.920	4.538
Provisão para riscos civis, trabalhistas e previdenciários	5.178	4.440
Provisão para perda esperada - conta a receber e outras contas a receber	721	394
Arrendamento - CPC 06	1	39
Provisão para fornecedores	8	1
Tributos c/ exig. Susp. PIS e Cofins	69	1
Outros	1.292	862
Compensação de imposto ativo	(893.625)	(862.307)

	2025	2024
Passivo	(989.543)	(944.320)
Provisão de remuneração dos valores a receber do Poder Concedente	(152.152)	(72.856)
Capitalização de juros	(195.007)	(204.282)
Custos de transação de empréstimo	(11.428)	(12.452)
Resultado de operações com derivativos	(896)	(730)
Compensação de imposto passivo	899.625	862.307
Impostos passivos após compensação	(55.918)	(82.013)
8.2. Impostos diferidos:	(55.918)	(82.013)

1009 METRO_BAHIA_BAL2026_JAT.pdf

Código do documento: 1009



Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Registro de Eventos:

06 mar 2026, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 1009

Criado por: Adriano Cardoso de Melo **Email:** adriano.cardoso@grupoatarde.com.br

DATE_ATOM: 2026-03-06T00:02:12-03:00

06 mar 2026, 00:02:12 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2026-03-06T00:02:12-03:00

06 mar 2026, 00:02:12 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

E-Mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Emissor do Certificado: CN=EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130,
OU=videoconferencia, OU=24479762000180, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, L=Salvador, S=BA, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2026-03-06T00:02:12-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 8ef6936550d78496ab78ccb08ebb869d38bf19b3b4e098b59a416eb974fe1d76

[SHA512]: 396f9f5da53b306fd4405753d403077eeded2e1a0c90df2f2a8bf63761dd6d0cbfaeff5c8899d34c57fb3ceea8087a8c3ab3b1ab07b8f83623b478f9ff9ba28f

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3